

ANÁLISE DA POLÍTICA SOCIAL EM 40 ANOS DA REVISTA OIKOS: DO FUNCIONALISMO AO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

ANALYSIS OF SOCIAL POLICY IN 40 YEARS OF THE OIKOS MAGAZINE: FROM FUNCTIONALISM TO DIALECTIC HISTORICAL MATERIALISM

ANÁLISIS DE POLÍTICA SOCIAL EN 40 AÑOS DE LA REVISTA OIKOS: DEL FUNCIONALISMO AL MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

Cristiane Natalício de Souza¹
Filipe Isaque Moreira Mendes²

Resumo

O artigo investiga os direcionamentos teóricos privilegiados na análise da política social em 40 anos da revista Oikos. Toma como ponto de partida a discussão apresentada por Tambara e Tambara (1983) que argumentam sobre a necessidade de a Economia Doméstica produzir conhecimentos que subsidiem a atuação mais crítica desse profissional. Tal opção analítica se justifica pela necessidade de uma abordagem teórica pautada no materialismo histórico dialético para realçar a política social como direito. Os resultados do levantamento realizado nos artigos sobre política social nos 40 anos da Oikos confirmam uma tendência dos artigos de responsabilizar, prioritariamente, a família e o indivíduo por sua condição de vida e trabalho. Mas, também evidencia certa preocupação com a reflexão da totalidade no capitalismo, que desnuda a origem das desigualdades sociais e fortalece o protagonismo do indivíduo em favor da sua emancipação política. Essa reflexão assume grande importância para repensar os resultados das pesquisas produzidas no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, com o tema da política social, já que a maioria dos artigos da Oikos são oriundos desse programa.

Palavras-chave: Política social. Funcionalismo. Método Crítico Dialético.

Abstract

The article investigates the privileged theoretical orientations in the analysis of social policy in the 40 years of Oikos magazine. It starts from the discussion presented by Tambara and Tambara (1983) who defend the need for the National Economy to produce knowledge that supports a more critical professional approach. Such an analytical option is justified by the need for a theoretically oriented approach, not dialectical historical materialism, to emphasize social policy as direct. The results of the survey carried out in our 40-year-old social policy articles confirm the tendency of two articles to prioritize the family and those responsible for their living and working conditions. Furthermore, it also shows a certain concern as a reflection of the totality of non-capitalism, which exposes the origins of social inequalities and strengthens the individual's leading role in favor of his political emancipation. This reflection is of great importance to rethink the results of investigations produced by the Postgraduate Program in Domestic Economics, as a matter of social policy, since there are more than two articles in Oikos originating from this program.

Keywords: Social policy. Functionalism. Critical Dialectical Method.

Resumen

El artículo indaga en las orientaciones teóricas privilegiadas en el análisis de la política social en los 40 años de la revista Oikos. Se parte de la discusión presentada por Tambara y Tambara (1983) quienes defienden la necesidad de que la Economía Nacional produzca conocimientos que apoyen un enfoque profesional más crítico. Tal opción analítica se justifica por la necesidad de un enfoque teórico orientado, no del materialismo histórico dialético, para enfatizar la política social como directa. Los resultados de la encuesta realizada en nuestros artículos de política social de hace 40 años confirman la tendencia de dos artículos a priorizar la familia y las personas responsables

¹ Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa. Doutora em Ciências Sociais. E-mail: cristiane.souza@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7534-2481>

² Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: filipe.isaque@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4426-3801>

de sus condiciones de vida y de trabajo. Además, también muestra cierta preocupación como reflejo de la totalidad del no capitalismo, que pone al descubierto los orígenes de las desigualdades sociales y refuerza el protagonismo del individuo en favor de su emancipación política. Esta reflexión es de gran importancia para repensar los resultados de las investigaciones producidas por el Programa de Posgrado en Economía Doméstica, como un tema de política social, ya que hay más de dos artículos de *Oikos* provenientes de este programa.

Palabras clave: Política social. Funcionalismo. Método dialéctico crítico.

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga os direcionamentos da análise da política social na Revista *Oikos* divulgada pela primeira vez “no VI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica realizado em Fortaleza, em 1981” (GUIMARÃES, 1991, p. 72). Mediante levantamento dos artigos que aparecem em 40 anos (entre 1981 a 2021) desse periódico que publica, prioritariamente, trabalhos de profissionais com formação (graduação, mestrado ou doutorado) em Economia Doméstica.

A decisão de construir este artigo tem a ver com a importância dessa temática para a referida revista que “tem publicado trabalhos científicos inéditos, desenvolvidos na área de conhecimento das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, com contribuição para os debates sobre família e sociedade em suas interfaces com os seguintes temas: política social, trabalho, consumo, lazer e desenvolvimento humano” (OIKOS/PPGED, 2021).

Este artigo discute os direcionamentos da análise da política social, tendo como ponto de partida os encaminhamentos do trabalho intitulado “*Antropologia Social e Economia Doméstica: elementos ideológicos*”, publicado na *Oikos* em 1983 pela economista doméstica Zilma da Costa Tambara e pelo sociólogo Elomar Tambara. Esses autores contextualizam a atuação do economista doméstico mais próxima do que eles denominam de “concepção tradicional” orientada pela visão funcionalista, que “direciona-se no sentido de aliviar as misérias” (TAMABARA e TAMBARA, 1983, p. 35). Os autores, também, mencionam que há uma atuação mais crítica de “muitos profissionais” de Economia Doméstica, que “reivindicam uma participação mais concreta no processo de transformação da sociedade brasileira” (p. 36). Assim, os autores enfatizam a necessidade de efetivação de um “esquema teórico” sustentado no método dialético³ em detrimento da produção de conhecimento fundamentada na visão funcionalista “que dissocia o cientista do político e o particular do todo” (p. 37).

³ O método dialético ou materialismo histórico dialético, segundo Behring e Boschetti (2011, p. 29), consiste, portanto, em situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico, e inseridos na totalidade concreta: a sociedade burguesa.

Diante dessas considerações, este artigo propõe analisar quais têm sido os direcionamentos em torno do tema da política social, em artigos da Revista *Oikos*, tendo em vista que a análise das políticas sociais pela perspectiva funcionalista, pode enfraquecer a efetivação dos direitos sociais e a emancipação política no capitalismo. Essa reflexão é importante para repensar os resultados das pesquisas produzidas no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, com o tema da política social, já que a grande maioria dos artigos da *Oikos* são oriundos desse programa.

CATEGORIAS ANALÍTICAS

Esta parte do artigo discute o funcionalismo a partir da extensão rural na UFV e no curso de Economia Doméstica; os limites da perspectiva funcionalista na avaliação da política social e os direcionamentos teóricos assumidos em trabalhos dessa revista que analisam a política social e foram publicados, entre 1981 e 2021, por profissionais com formação em Economia Doméstica (graduação, mestrado ou doutorado).

Funcionalismo a partir da extensão rural na UFV e na Economia Doméstica

O funcionalismo compreende a sociedade como um sistema organizado e constituído por diversas partes com funções, que precisam estar interconectadas, para o seu funcionamento (TAMBARA e TAMABARA, 1983). Segundo esses autores o sociólogo Émile Durkheim (1858 - 1917) e o antropólogo Bronislaw Malinowski (1884 - 1942) foram “expoentes máximos” do funcionalismo, consolidado a partir de 1920 para “dar um caráter de objetividade às Ciências Sociais” (p. 32).

O funcionalismo de Durkheim, com forte inspiração no positivismo de Comte, “enxerga a sociedade como corpo humano” e “resgata a ideia de anomia e condição patológica para explicar as transformações contemporâneas da sociedade, marcada por desagregações, desequilíbrios sociais, disfunções e conflitos, manifestos na incapacidade da sociedade exercer sua ação sobre os indivíduos” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 29).

A perspectiva funcionalista defende que a divisão social do trabalho é inevitável na evolução da sociedade e favorável por promover a diferenciação social, que “tem a função de gerar solidariedade e integração”, capazes de “manter a harmonia desse sistema de órgãos que compõe esse organismo” (QUINTANEIRO, 2002, p. 89).

Para Durkheim, o desenvolvimento de “corporações e instituições com a função de coesão social” é imprescindível para “lidar com os problemas decorrentes da inevitável” evolução da sociedade (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 31). Com esse entendimento, Durkheim defende a regulamentação das atividades econômicas como importante inibidor do “estado de anarquia” (QUINTANEIRO, 2002, p. 89).

Segundo Tambara e Tambara (1983, p.35), a perspectiva funcionalista incorporada na atuação do economista doméstico aproxima esse profissional do que esses autores denominam “concepção tradicional”, que ajusta e reintegra indivíduos, famílias e grupos ao modo de produção capitalista, para aliviar suas misérias e dificuldades. O principal problema dessa atuação assistencialista é desconsiderar a estrutura socioeconômica como verdadeira origem dos problemas sociais e responsabilizar o indivíduo pela melhoria da sua qualidade de vida, mediante mudança de comportamentos. Nas palavras dos autores, o economista doméstico “compreende o indivíduo marginalizado que precisa ser recuperado e readaptado ao grupo” (IDEM, p.35).

A atuação funcionalista da Economia Doméstica tem relação direta com a extensão rural⁴ praticada na UFV, desde o seu funcionamento como Escola Superior de agricultura e veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV⁵). A extensão rural que se consolidou na ESAV recebeu forte influência do modelo *land-grand colleges*⁶, praticado na Universidade de Purdue, que foi transferido à ESAV pelo norte-americano Peter Henry Rolfs, “indicado para organizar, fundar e dirigir uma escola de agricultura moderna no Brasil” (PINHEIRO, 2016, p. 124). Nas palavras da autora, “o modelo dos *land-grand colleges* veio a se constituir na ESAV em símbolo da fórmula exitosa adotada nos Estados Unidos no campo educacional” (p. 11).

A extensão Rural associada a proposta de modernização do campo ganhou fôlego com a “ressignificação da educação rural nos Estados Unidos” e o “nascimento do discurso do desenvolvimento e da noção de terceiro mundo”, a partir da fundação das Nações Unidas, em 1940. Dessa organização internacional defensora da superação do subdesenvolvimento nos países periféricos, em grande medida, a partir da modernização (PINHEIRO, 2016, p. 61).

⁴ A extensão Rural trata-se de um movimento embutido no processo mais Geral de industrialização ou de modernização da agricultura brasileira, que teve uma participação importante na elaboração e na propagação de uma visão de mundo (rural) (QUEDA, 1987; SILVA, 1995, p. 75 apud CASTRO, 2015, p. 30).

⁵ A ESAV foi idealizada na década de 1920, durante a gestão de Artur Bernardes (1818-1822) como presidente do estado mineiro, através da Lei n. 761, de setembro de 1920, que autorizava a criação de uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária inaugurada quando ele estava na presidência da República (1922-1926) (PINHEIRO, 2016, p. 120).

⁶ Os *land-grand college* representaram uma proposta inovadora de ensino mais democrático por adaptar-se às distintas realidades, voltando-se para necessidades mais imediatas dos cidadãos, como a melhoria das condições de vida no meio rural (PINHEIRO, 2016, p. 122).

O modelo de extensão rural iniciado na ESAV revela uma orientação funcionalista na medida em que “reduziu a questão social a problemas técnicos, construindo, a partir deles, uma formula central com múltiplas variantes de intervenção profissional” (p. 142). Na medida em que efetivou o “ensino prático-teórico de agricultura e veterinária” e desenvolveu “estudos experimentais” voltados para a modernização da agricultura mais racional no estado de Minas Gerais” (p. 10). Essas intervenções criaram “condições mais propícias para integrar e dinamizar o desenvolvimento do capitalismo e do mercado latino-americano sob a hegemonia norte-americana” (p. 135). Conforme Ribeiro (2007 apud CASTRO, 2015, p. 26), essa modernização assume grande importância para a economia externa, na medida em que “mantém a agroexportação inserida de forma subordinada no mercado internacional”.

A ESAV direcionava uma formação de futuros agentes difusores do ideal modernizador do homem e da lavoura mineira, os quais recebiam os conhecimentos técnicos e científicos modernos sobre agropecuária, associados às ideias e valores morais, cívicos, higienistas e de educação para o trabalho preconizado pela elite agrária e política da época (CASTRO, 2015, p. 12).

A instauração do modelo norte-americano de extensão rural tem a ver com interesses externos, mas, também com a condição política, econômica, social e cultural da Zona da Mata mineira e com as demandas do projeto de desenvolvimento dessa região “engendrado pelo Estado e pela elite agrária mineira durante as décadas iniciais do regime republicano”. A disseminação do ensino agrícola que valoriza o “aprender fazendo” mediante “articulação entre ciência e prática” tornou-se, ainda, mais almejado com a crise cafeeira e a perda de hegemonia da elite agrária mineira em relação à elite paulista (CASTRO, 2015, p. 12). Então, “a ESAV nasceu no bojo da cooperação internacional e dos interesses da fração agrária dominante em Minas Gerais e não de uma demanda específica da população local por este tipo de ensino” (PINHEIRO, 2016, p. 128).

A extensão rural praticada na ESAV se consolidou em 1948, no governo de Milton Campos, quando essa Escola foi reconhecida pela Lei nº. 272/48 como Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG). Essa institucionalização foi crucial para justificar o convênio firmado entre a AIA (American International for Economic and Social Development) e o governo de Minas Gerais. Acordo esse que regulamentou a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) e gerou recursos, para “inaugurar o serviço oficial de extensão rural de Minas Gerais” (CASTRO, 2015, p. 23). Com foco “na modernização do campo via aumento da produtividade, crença na técnica e na ciência para a solução dos nossos problemas agrários” (p. 30).

Essa parceria foi de grande importância para o projeto de desenvolvimento do Brasil que se fortaleceu a partir de 1950 e se consolidou durante a ditadura instaurada com o golpe civil-militar de 1964. O investimento de capital externo foi necessário, principalmente, com a crise do Estado de Minas Gerais em princípios do século XX, que restringiu os recursos públicos destinados a financiar atividades da educação formal (CASTRO, 2015).

A institucionalização da UREMG, também, favoreceu a consolidação da extensão rural porque se realizou condicionada à criação e junção das Escolas Superiores de Agricultura; Veterinária e Ciências Domésticas⁷; da Escola de Especialização; do Serviço de Experimentação e Pesquisa e do Serviço de Extensão. Já que o protagonismo de mais escolas contribuiu com a “difusão de práticas modernas de assistência técnica para a agricultura brasileira” e para aumentar a influência norte-americana no Brasil (CASTRO, 2015, p. 22).

A própria configuração do curso Superior de Ciências Domésticas na UREMG contou com a importante participação de profissionais dos Estados Unidos que contribuíram com a organização e estruturação do curso” (LOPES, 1995, p. 107). Em 1952, a UREMG recebeu a americana Miss Anita Dickson⁸, que transferiu ao referido curso, a sua experiência com a Economia Doméstica e a extensão rural, institucionalizada no século XX, em universidades americanas (PEIXOTO, 2008, p. 7). De acordo com Lopes (1995, p. 105),

[...] a Economia Doméstica fazia parte daquele movimento, dentro do projeto de hegemonia americana com advento da Guerra Fria, que seria progressiva e insistentemente recomendada depois da II grande Guerra para os países do terceiro mundo, da mesma forma que a extensão rural, um dos instrumentos de estratégia de superação do atraso na agricultura.

Conforme Peixoto (2008, p. 7), a extensão rural, decisiva na UREMG e na formação em Ciências Domésticas, implicava em “transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao público rural” pelo processo educativo de “comunicação de conhecimentos”. Esse projeto de educação direcionado ao campo teve a religião como importante protagonista, na divulgação do trabalho de extensão rural. De acordo com Pinheiro (2016, p. 142), “o padre Antônio Mendes viajava com as economistas domésticas para estabelecer contato com outros padres e políticos locais”, em busca de convencer “os membros de uma comunidade a participarem das primeiras reuniões”, organizadas para a apresentação dos trabalhos de extensão rural.

⁷ O curso Superior de Ciências Domésticas no Brasil foi autorizado pela Lei Estadual 272 de 31/11/1948, para atender às “exigências legais que requeriam mais escolas” na ESAV (Escola Superior de Agricultura e Veterinária) para a sua institucionalização como universidade (LOPES, 1995, p. 103).

⁸ Técnica com carreira marcada pela atuação como Agente Estadual de Extensão, o que revela o caráter que se queria imprimir ao curso no Brasil, com ênfase na extensão (LOPES, 1995 apud PINHEIRO, 2016, P. 133).

A influência do modelo norte-americano transferido ao curso de Ciências Domésticas buscava incentivar a qualificação técnica desse profissional para a transformação das condições dos domicílios (LOPES, 1995). Nas palavras dessa autora, o funcionamento do Curso Superior de Ciências Domésticas na UREMG representa a “importação e adaptação da escolarização de práticas domésticas no espaço universitário brasileiro” (p. 100).

Atrelado aos moldes americanos, as profissionais do curso superior de Ciências Domésticas se apropriavam de teorias que pudessem aperfeiçoar cientificamente suas técnicas de intervenção, com “ênfase no planejamento, na administração e no uso eficiente dos recursos” para melhor gerir “o espaço da casa sob bases modernas e não segundo a tradição e os métodos arraigados ao passado” (LOPES, 1995, p. 74). “A ênfase era dada à aplicação da ciência na solução dos problemas cotidianos das famílias” (p. 80).

Conforme Lopes (1995), a proposta do curso de Economia Doméstica, de qualificar cientificamente as práticas cotidianas nos domicílios, aparece explícita na conferência realizada em Lake Placid, Nova York, em 1899. Nessa ocasião, Ellen Richards tratou dos objetivos da formação desse profissional comprometido com “a vida desimpedida das tradições do passado; a utilização da ciência moderna para melhoria da vida doméstica e a liberdade do espírito para coisas mais importantes e permanentes da sociedade” (p. 82-83).

Além de disseminar técnicas modernas para transformar o cotidiano das famílias e suas condições de vida, as economistas domésticas tiveram grande importância para facilitar o acesso das famílias ao crédito destinado a financiar a modernização do rural, conseguidos a partir da ACAR. Créditos esses que eram administrados por essa “primeira instituição do sistema brasileiro de extensão rural”, mediante a transferência de capitais estrangeiros ao Brasil. As técnicas de intervenção da Economia Doméstica vão se reconfigurar ao longo dos anos, com a própria dinâmica da extensão rural que, inclusive, teve que resistir à crise da economia brasileira na década de 1980 e à redução de recursos destinados ao seu financiamento (DIAS, 2007, p. 15).

Dias (2007) identifica três fases distintas da extensão rural no Brasil. A primeira delas, denominada período do humanismo assistencialista (1948-1962), compreende a afirmação da extensão rural como profissão prática e serviço público de educação informal. A segunda fase, denominada período de difusionismo produtivista (1963-1984), compreende a institucionalização da extensão rural estatal, comprometida com o projeto de desenvolvimento e modernização do campo. A terceira fase, identificada como período do humanismo crítico (1985-1989), reflete as mudanças geradas no final do regime militar, marcado pela “crise fiscal,

escassez de financiamentos externos e reorientação política das agências internacionais de desenvolvimento, que reforçam a necessidade de repensar a extensão rural” mais adequada às demandas dos pequenos agricultores (p. 14). Que “empobrecidos pelo processo de modernização” exigiram, das instituições de ensino, uma extensão rural mais próxima de suas necessidades de pequenos produtores (p. 14). Os cursos de qualificação de extensionistas assumem grande importância nesse período para dar conta de preparar profissionais mais capacitados a utilizar métodos de intervenção; identificar demandas, limites e potencialidades de grupos e coletividades e envolver os sujeitos no desenvolvimento. Para os extensionistas, a resistência da sociedade estava em superar as dificuldades locais com autonomia.

Apesar dos questionamentos em torno do saber-fazer e das práticas de promoção de desenvolvimento, menos relevantes diante da crise instalada, não houve “ruptura com o passado assistencialista e o difusionismo produtivista” (DIAS, 2007, p. 15). Essa continuidade impossibilitou desnaturalizar os fundamentos da extensão rural na UREMG como “antídoto de esvaziamento das tensões no campo” para a manutenção das relações de trabalho que sustentam a estrutura fundiária controlada pela elite agrária (COMETTI, 2005 apud CASTRO, 2015, p. 19; 30).

Ao priorizar a intervenção orientada para a reprodução e ampliação das relações de produção vigentes e dos interesses hegemônicos, o economista doméstico deixa de problematizar a extensão rural no capitalismo dependente. Deixa de reconhecer a extensão rural como “estratégia dos países desenvolvidos (especialmente os EUA) para criar condições mais propícias de dinamizar o mercado latino-americano sob sua hegemonia financeira” (CASTRO, 2011, p. 134-135).

Essa abordagem, mais próxima do funcionalismo, não problematiza a verdadeira intenção da proposta de superação do subdesenvolvimento, validada por organismos internacionais. Segundo Pinheiro (2016, p. 61), a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento compreende “um estilo de dominação, reestruturação e afirmação da própria autoridade sobre o terceiro mundo”. Tendo em vista que “muitos países passaram a perceber-se como subdesenvolvidos” e buscavam “superar tal condição” mediante sujeição às “intervenções externas crescentes e sistemáticas”. A proposta de superação do subdesenvolvimento não se realiza pela própria condição do desenvolvimento desigual e combinado⁹, ou seja, da expansão

⁹ No texto “O marxismo e a questão regional: elementos para análise”, Medeiros (2018) vai tratar da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, como chave analítica para entender essa trama de desenvolvimento capitalista de forma Global com impactos diferentes, nas diferentes formações sociais. Segundo a autora, o “desenvolvimento desigual” trata de uma categoria formulada por Lênin, para tentar entender como o imperialismo ou o capitalismo monopolista internacionalizado se formou no século XIX e se expandiu entre a virada do século

e universalização do capitalismo, que se disseminou e se tornou hegemônico, de forma heterogênea.

Para desnudar a origem das expressões da “questão social” torna-se crucial contextualizar a dinâmica do capitalismo que se estrutura a partir da lógica de formação e organização social, produtiva, cultural e política de cada país, com papel diferenciado na divisão interacional do trabalho e na trama global do capitalismo. Pensar os países da América Latina e o Brasil inseridos na divisão internacional do trabalho de forma dependente e subordinada aos países centrais que controlam e dominam a dinâmica produtiva dos países periféricos, por meio de grandes oligopólios, grandes monopólios, empresas, diferentes setores da indústria e capitais.

Somente com essa reflexão é possível problematizar impactos, para os indivíduos e suas famílias, da essencialização de “conhecimentos técnicos e científicos modernos sobre agropecuária” e “valores morais, cívicos e higienistas da educação” para alcançar o desenvolvimento (SILVA, 2007 apud CASTRO, 2015, p. 12). Que segundo Ammann (1981, p. 163) apud Tambara e Tambara (1983, p. 36) privilegia “as forças interessadas em adotar políticas de perpetuação das estruturas sociais vigentes” e “cooperar com a estratégia de despolitização das classes subordinadas” na medida em que “desvia sua atenção dos problemas políticos”, com impactos para a análise e a intervenção nas políticas sociais, como discutido em seguida.

Limites da perspectiva funcionalista na análise da política social

Para discorrer sobre os limites da perspectiva funcionalista da análise da política social, esta parte do artigo contextualiza a história dessa política, institucionalizada para garantir direitos ao trabalhador, insatisfeito com as suas condições no modo de produção capitalista. Esse modo de produção submeteu o trabalho concreto¹⁰, realizado em sua essência para

XIX e o século XX. Lênin que está olhando para a realidade da Rússia, argumenta sobre as formas desiguais de desenvolvimento. Segundo Lênin, as formações sociais com suas especificidades conjunturais se desenvolvem de maneira diferente, alcançando níveis, tempos e condições diferentes de desenvolvimento. Trotsky apropriou desse debate de Lênin do “*desenvolvimento desigual*” como mecanismo próprio do imperialismo mundial que se fortalece pela transferência de capitais dos países dependentes aos países capitalistas centrais e desenvolveu a sua teoria do “desenvolvimento desigual e combinado”. Segundo Trotsky, o desenvolvimento só é combinado porque é desigual, diferenciado e garante a concentração de riqueza de alguns países capitalistas centrais. As formas de desenvolvimento capitalistas se articulam porque estão em ritmos e fases diferentes.

¹⁰ O trabalho, em sua essência, é a ação do homem de transformar a natureza para atender suas necessidades de sobrevivência. Representa a condição para a constituição histórica do ser social e, portanto, para a gênese e o desenvolvimento de todas as sociedades humanas. Isso porque o trabalho como ação consciente para responder às carências humanas, se concretiza por repetições, aprimoramentos e ação teleológica, que envolve reprodução

atender necessidades de sobrevivência, ao trabalho abstrato¹¹, igualado e homogeneizado para produzir mercadorias para a troca e o lucro.

O trabalho abstrato tem sua origem na transição do feudalismo ao capitalismo (XV a XVII), quando foi estabelecida duas espécies bem diferentes de pessoas definidas em torno da mercadoria. “De um lado, os possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência que buscaram valorizar a quantia de valor de que dispunham” e “de outro lado, os trabalhadores livres” que foram expropriados dos seus meios de produção e passaram a contar apenas com a venda do uso da sua força de trabalho para sobreviver (MARX, 2013, p. 960 – 962). Todo o ato de trabalho passou a carregar consigo o trabalho concreto (útil para atender necessidades) e o trabalho abstrato (útil para produzir valor) que restringe a liberdade do homem às apropriações desiguais entre os donos dos meios de produção e submete os trabalhadores “livres” aos mandos e desmandos do capital (MARX, 2013).

Conforme Netto e Braz (2012), o trabalho tornou-se mecanismo de acumulação capitalista, realizado pelo pagamento apenas de parte da jornada de trabalho, ou seja, pelo pagamento apenas do tempo socialmente necessário para atender o mínimo das necessidades mínimas do trabalhador. Acumulação que se faz pela extração do trabalho excedente não pago (mais-valia) na produção de mercadoria e pela realização dessa mercadoria na chamada esfera da circulação. Nesse sentido, Behring e Boschetti (2011, p. 50) afirmam que “na sociedade capitalista o trabalho perde seu sentido como processo de humanização, ao ser incorporado como atividade natural de produção para a troca”.

Para manter a propriedade privada e o trabalho como mecanismo de formação de excedentes produtivos e acumulação de riquezas, o Estado moderno precisou, “através de um aparato legal e normativo”, criar instituições e consolidar “o direito, na sua forma jurídica, como expressão máxima da coação dos homens e da normatização das regras de convívio social” (OLIVEIRA, 2020, p. 214).

mental da realidade objetiva; da atividade que se vai concretizar e do conjunto de ordens causais; bem como exteriorização e objetivação das intencionalidades da ação teleológica e produção de novos resultados no mundo que, de algum modo, altera o conjunto das causalidades e as condições de produção e reprodução da existência da humanidade. A liberdade se concretiza na realização desse trabalho, na medida em que o homem livre consegue fazer as suas escolhas (SARTORI, 2019).

¹¹ Todo o ato de trabalho carrega consigo o trabalho concreto (útil para atender necessidades) e trabalho abstrato (útil para produzir valor). Na sociabilidade capitalista o trabalho concreto voltado para o atendimento de necessidades não some, mas se altera na medida em que vai ser submetido ao trabalho abstrato. O trabalho abstrato, é aquele igualado e homogeneizado (não interessa se o trabalhador trabalha oito horas para produzir pão ou armas) para produzir mercadorias (produzida centralmente, para a troca, em busca de garantir mais valor do que aquele gasto na produção). Nesse caso, a compra e venda do uso da força de trabalho humana (como trabalho abstrato explorado) garante a mais-valia, o lucro e a acumulação capitalista.

O Estado faz essa mediação “como representante do interesse comum”, comprometido com a “igualdade política”, para eliminar as desigualdades sociais (MARX, 2005 apud VASCONCELOS et al., 2013, p. 84). O que não se efetiva porque os “direitos juridicamente assegurados” mantêm a propriedade privada e a expropriação da mais-valia que “gera as distinções sociais entre os homens” (COUTINHO, 1996 apud VASCONCELOS et al., 2013, p. 84).

De acordo com Gramsci (1968) apud Vasconcelos (1996, p. 84), as políticas sociais vão ser legalmente instituídas mediante o acirramento das desigualdades sociais e o conseqüente avanço dos movimentos operários, mais organizados para lutar por melhores condições de trabalho e vida. Nas palavras de Behring e Boschetti (2011, p. 52), “as políticas sociais são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da “questão social” no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho”.

A política social foi instituída em 1883 na Alemanha, quando Otto Von Bismarck regulamentou o primeiro seguro-saúde nacional obrigatório, em resposta às mobilizações da classe trabalhadora submetida “à exploração extenuante, fundada na mais-valia absoluta”. A burguesia, também, teve interesse nessa regulamentação tendo em vista “os custos da depreciação extrema da força de trabalho no início da revolução industrial” (MARX, 1988 apud BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 53-55).

A política social institucionalizada, inicialmente, como seguro social para atender algumas categorias de trabalhadores, incorporou o conceito de seguridade social e incluiu a população como um todo, com a implantação em 1943 do plano Beveridgiano, na Inglaterra. Essa experiência foi fundamental para a ampliação da seguridade social em países mais desenvolvidos, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Além de fazer retroceder os movimentos operários organizados contra a exploração capitalista, a proposta de universalização da política social contribuiu para reforçar o capitalismo mais humanizado diante da ameaça de uma possível expansão do Estado socialista, em tempos de Guerra Fria. Essa ampliação dos direitos sociais contou com o pleno emprego formalizado durante o fordismo¹² e a conseqüente elevação dos impostos transferidos ao Estado, pelos empregadores e

¹² Segundo Gramsci (2008), o Fordismo introduziu a divisão socio técnica do trabalho, a linha de produção e o maior controle dos movimentos; substituiu o trabalho manual pela integração da ciência no processo produtivo; passou a depender cada vez mais de trabalhadores apenas para operar as máquinas; afastou as funções intelectuais de planejamento e elaboração do trabalho de execução; esvaziou as dimensões concretas do trabalho que se tornou cada vez mais sinônimo de trabalho abstrato e ampliou a superpopulação relativa que funciona como um exército industrial de reserva, indispensável aos processos de expansão da acumulação capitalista, para substituir os trabalhadores descartados pelo sistema.

trabalhadores, para financiar as políticas sociais. Além de criar uma aparente harmonia nas relações capitalistas e reproduzir a força de trabalho, mais disponível para a produção, a política social funcionou como mecanismo fundamental para “integrar os trabalhadores no circuito do consumo”, retroalimentar a produção e manter o pleno emprego (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 114-115).

Mas, a ampliação da política social não conseguiu se manter pela própria fragilidade do trabalho no capitalismo. Pela saturação do consumo no fordismo, pela dificuldade de realização das mercadorias massificadas e sua superacumulação nas indústrias, bem como pela insatisfação dos trabalhadores que passaram a questionar o consumismo excessivo às custas da opressão extrema no trabalho, o que impulsionou a introdução do “toyotismo/ohismo”. Quando tivemos em fins da década de 1960 a reestruturação produtiva nos países do ocidente, como resposta do capital à sua própria crise estrutural (ANTUNES, 2009).

A reestruturação produtiva, iniciada nos países desenvolvidos, contribuiu com a precarização do trabalho na medida em que se realizou pela introdução de tecnologias no processo produtivo para dar conta de criar mercadorias diversificadas que pudessem incentivar o consumo. A variação de produtos e processos de trabalhos, mais automatizados, passaram a exigir pessoas mais qualificadas, polivalentes para atender as demandas continuamente alteradas (ANTUNES, 2009).

A alteração da base técnica da produção incentivou o trabalho flexível para produzir mercadorias variadas com custos reduzidos, a substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto mais lucrativo para o capital; o desemprego; a extração de mais valia relativa¹³; a redução do valor dos salários; a terceirização e o desmonte dos direitos trabalhistas. As tecnologias usadas para mascarar a opressão do trabalho, criaram formas de manipulação ideológica e as incorporaram ao ideário do trabalhador colaborador gerente, incentivando a lógica de competição e individualidade que fragilizou a luta coletiva da classe trabalhadora contra os mandos e desmandos do capitalismo (ANTUNES, 2009). Principalmente, quando o empreendedorismo passa a ter suporte de “ideias e valores que atuam no convencimento do trabalho informal” e dos negócios de pequeno porte como “alternativa social”; da “sociedade

¹³ Segundo Netto e Braz (2012), a mais-valia relativa está associada à redução do tempo de trabalho socialmente necessário e ao aumento da extração de trabalho excedente, pela introdução de novas formas de trabalho e tecnologias. Nesse caso, o trabalho vivo substitui o trabalho morto (com tecnologias); reduz-se o quadro de trabalhadores; aumenta-se a produção em um mesmo período de tempo, pelo uso de tecnologias; cai-se o custo de produção de mercadorias e reduz-se o tempo socialmente necessário para a reprodução do trabalhador (reduz-se o custo da força de trabalho), que permanece empregado.

por conta própria” e da intervenção mínima do Estado na promoção do emprego assalariado e na garantia de direitos sociais (BARBOSA, 2007, p. 66-68).

A precarização das políticas sociais foi justificada pelo neoliberalismo¹⁴, que propõe a reforma de Estado para reduzir o déficit estatal e fazer a economia crescer, mediante restrição de recursos do fundo público, destinados a financiar direitos trabalhistas e sociais (SOUZA, 2021, p. 131). “Propõe, ainda, privatizar políticas sociais, dividir a responsabilidade dessa proteção pública com a sociedade civil; reduzir impostos da iniciativa privada; manter taxa de desemprego que reduz custos dos trabalhos e apoiar o livre comércio internacional” (SOUZA, 2021, p. 131-132). Para o neoliberalismo e a reforma do Estado, a crise é sempre uma crise de gestão de recursos. Que deve ser gerida com o direcionamento da política social àqueles que não têm a mínima condição de serem atendidos pela sociedade e família. Mas, sem prejudicar em nada o capital. Ao mesmo tempo que propõem a intervenção mínima na esfera das políticas sociais, apontam inúmeras intervenções do Estado na esfera do mercado, direcionando explicitamente o recurso do fundo público para a continuidade da acumulação de capital. Sem deixar transparecer o real interesse desse desmonte, necessário para manter a acumulação mediante a permanente crise do capital.

Além de “não fazer cessar a crise e nem alterar o índice de recessão e o baixo crescimento econômico”, o projeto neoliberal tem contribuído para “destruir as condições de vida da classe trabalhadora”, na medida em que “aumenta o desemprego, reduz os postos qualificados de trabalho, rebaixa os salários e reduz os gastos com políticas sociais” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 127). “O projeto neoliberal, justificado pelo Banco Mundial e pelo FMI, avançou as fronteiras dos países de capitalismo central, com impactos ainda mais

¹⁴ Conforme Carraro (2016, p. 178), “o neoliberalismo, enquanto projeto político e econômico, surge no início do século XX, como uma alternativa às concepções socialista e social-democrata, de influência keynesiana. Suas concepções e análises concretizaram-se efetivamente, no âmbito da política e da economia, ou sob a efetivação do Estado, a partir da crise do modelo keynesiano de economia no início dos anos 1970, que se caracterizou pela queda do crescimento econômico, baixa nos investimentos do setor produtivo e endividamento externo dos países”. Para Marini (1992) apud Carraro (2016, p. 178), “na América Latina o neoliberalismo se concretizou com a imposição dos interesses imperialistas diante da reconfiguração econômica que o continente é levado a realizar, considerando os ajustes da economia em âmbito internacional”. “Durante a década de 1980, o neoliberalismo se consolida como o projeto ideológico da burguesia latino-americana, e a crise teórica dentro das ciências sociais colaborou para tal concretização, visto que o pensamento crítico não alcançou a força necessária para uma disputa ideológica concreta. Para a definição das necessárias transformações no âmbito do desenvolvimento econômico, alicerçado na concepção político-ideológica do neoliberalismo, é organizado no final dos anos 1980 o Consenso de Washington, que apresenta diretrizes em relação às estratégias de desenvolvimento e políticas macroeconômicas” (CARRARO, 2016, p. 181). “O Consenso de Washington se assenta em pilares neoliberais fundamentais: liberalização e desregulamentação, convergindo com interesses dos países dominantes no quadro econômico mundial, como os Estados Unidos e os principais países desenvolvidos, bem como pelos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial etc.), dado que esses pilares do neoliberalismo criam oportunidades de negócios em escala global” (GONÇALVES, 2012 apud CARRARO, 2016, p. 181).

perversos nas condições de trabalho dos países dependentes da periferia” (SOUZA, 2021, p. 132).

A proteção social condicionada às relações capitalistas, vai ser ainda mais penalizada nos países latino-americanos, em decorrência da configuração e do significado do trabalho no capitalismo dependente. No Brasil, além de tardia, a proteção social tende a ser precarizada em decorrência da modernização conservadora do Brasil que se fez pela manutenção de um conjunto de estruturas herdadas do colonialismo, pela manutenção do poder econômico e político nas mãos da elite agrária que se transformou em elite burguesa, pela articulação do arcaico com o moderno, pela manutenção da exportação como importante atividade econômica e pela continuidade do caráter de subdesenvolvimento e dependência do Brasil ao capitalismo central.

A proteção social no Brasil, instituída em fins do século XIX para incluir trabalhadores de alguns setores mais estratégicos da economia, atingiu sua maior expressão com a Constituição Federal de 1998, efetivada a partir de um processo de grande mobilização e pressão de movimentos populares que foram refreados com o golpe de 1964 e retornaram à cena política a partir de fins da década de 1970, com a crise da ditadura.

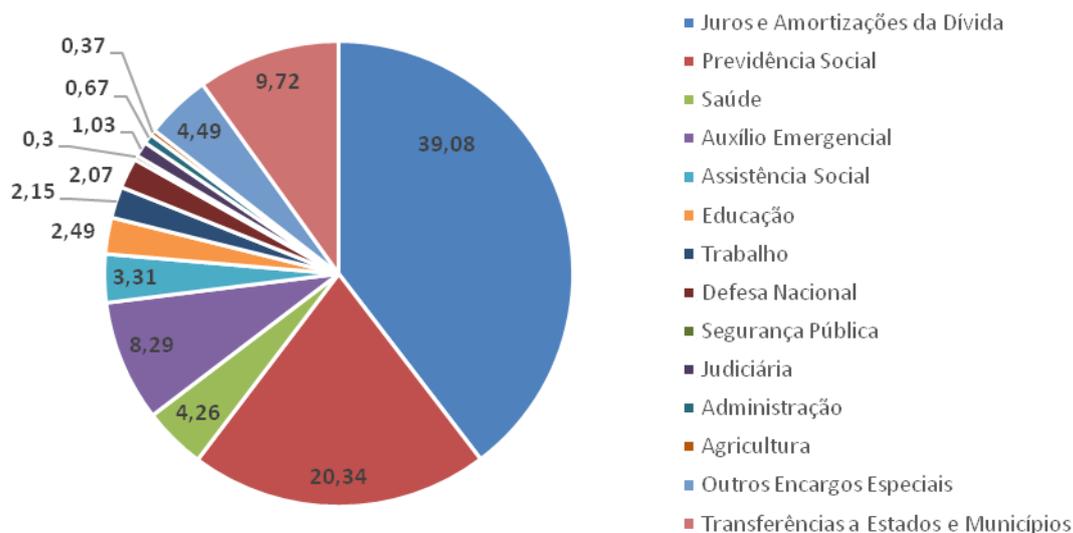
A Constituição de 1988 representa a expressão mais fortalecida dessa luta pelo retorno à ordem civil democrática e pela consolidação do fim do processo ditatorial. Na medida em que essa Carta Magna regulamentou a seguridade social, que ganhou maior amplitude com a efetivação do tripé constituído pelas políticas de previdência, saúde e assistência social e reconheceu publicamente a proteção social brasileira como dever do Estado e direito efetivado pelo sistema tripartite que envolve trabalhador, empresa e governo. Também, estabeleceu a gestão colegiada entre governo e sociedade em um arranjo organizacional descentralizado, com a participação efetiva da União, dos estados e dos municípios no processo de organização das políticas sociais e a participação da sociedade no controle das decisões em torno dessa proteção social.

Apesar de todas as conquistas garantidas na Constituição Federal de 1988, muitas pessoas foram excluídas desses direitos. Na medida em que essa Carta Magna “restringiu a previdência aos trabalhadores contribuintes e limitou a assistência a quem dela necessitasse”, elevando o número da população excluída da seguridade social “em contexto de crescente desigualdade, pobreza estrutural e fortes relações informais de trabalho” (BOSCHETTI, 2009, p. 384). O contingente de pessoas excluídas aumentou, ainda mais, a partir de 1990, com a consolidação do neoliberalismo no Brasil, já que os direitos sociais foram, cada vez mais,

sendo subordinados à lógica orçamentária das políticas econômicas que privilegia o capital financeiro e transfere grandes montantes de recursos ao estrangeiro para manter o comércio externo. Nas palavras de Behring e Boschetti (2006, p. 158) apud Boschetti (2009, p. 392), “a crise econômica vivida no país foi conduzida por um Estado que não assumiu compromissos redistributivos e o conceito retardatário, híbrido, distorcido ou inconcluso da seguridade social brasileira encontrou dificuldades para se consolidar”.

Isso acontece, principalmente, porque as fontes de impostos que financiam as políticas sociais tendem a ser regressivas e grande parte do fundo público destinado a financiar a seguridade social tem sido utilizado para amortizar juros da dívida externa (BOSCHETTI, 2009, p. 396). Ou seja, para beneficiar o capital financeiro e manter o capitalismo dependente e periférico, mesmo em tempos da Covid-19¹⁵ (Figura 01).

Figura 01 – Orçamento Federal Executado (Pago) em 2020 = R\$ 1,381 Trilhões



Fonte: http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2020mdb_RPG.EXE

A relação de dependência entre países periféricos e o capitalismo Central “coloca as bases para a melhor aplicação da lei do valor” sustentada no desenvolvimento desigual e combinado que se faz às custas do trabalho precarizado e da superexploração do trabalhador

¹⁵ A doença COVID - 19 é causada pelo vírus SARS - CoV - 2, encontrado em 31/12/2019, na China (OMS, 2020). No Brasil, em 06 de maio de 2020, já havia 125.218 casos dessa doença, com 8.536 óbitos (OMS, 2020). Essa descoberta ganhou destaque na mídia brasileira, em janeiro de 2020, quando a OMS (2020) declarou o surto do novo vírus como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, que devia ser interrompido por causa da sua alta taxa de letalidade (SOUZA, 2021).

(MEDEIROS, 2018). Penalizado pelo esvaziamento de parte do fundo público destinada a financiar a seguridade social e por que os países desfavorecidos nas relações mercantis com outras nações “se dedicam a compensar a perda de renda nesse comércio internacional, recorrendo ao recurso da maior exploração do trabalhador” (MARINI 2005 apud CARRARO, 2016, p. 31). “A classe trabalhadora na América Latina estará submetida a mecanismos de extração do excedente cujo objetivo é compensar as classes dominantes locais pelas perdas de parte do excedente para o capital externo” (CARRARO, 2016, p. 31).

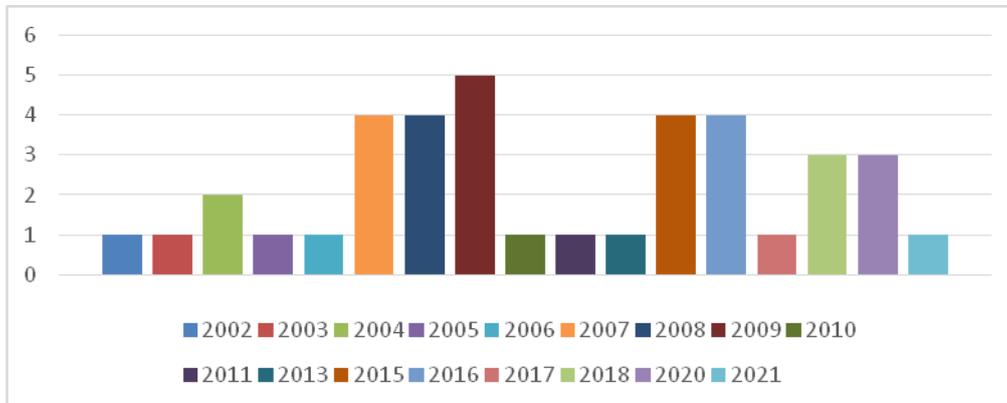
Mesmo com todas as fragilidades do mercado brasileiro, o trabalho permanece como a forma mais justa de obtenção de renda. Por isso, a assistência social (e, principalmente, a transferência de renda), reforçada como bem-estar e ajuda do Estado, tem historicamente focalizado o pobre como incapaz e funcionado como um atestado de incompetência que tende a tratar a “questão social” como problema individual. Culpabilizando os pobres e os desencorajando de lutar por esse direito. Por isso, a política de assistência social, apesar de ser institucionalizada como direito legal, tem ocupado lugar menos privilegiado na agenda pública e sido transferida para a iniciativa privada, o terceiro setor, a filantropia, o voluntariado e a solidariedade. Essa transferência pode ser explicada pela restrição de recursos para a assistência social e, também, pelo processo histórico de subordinação dessa política ao paternalismo, clientelismo e favoritismo, que vincula a assistência social, ajuda e bem-estar.

Esse debate indica os limites da análise da política social pela perspectiva funcionalista que deixa de problematizar as relações capitalistas como fonte das expressões da “questão social”. O que reforça a importância de investigar em artigos publicados na *Oikos*, desvelando quais têm sido os direcionamentos da análise da política social.

Política Social na Revista *Oikos*

As reflexões apresentadas nesta parte do artigo informam sobre os direcionamentos da análise da política social na *Oikos*, mediante pesquisa realizada junto aos trabalhos publicados nesse periódico, entre 1981 e 2021. A pesquisa aos trabalhos da *Oikos* reforça a importância da proposta de analisar a política social, identificada em 38 artigos que foram publicados depois de 21 anos do primeiro lançamento dessa revista, em 1981. Trabalhos com essa temática aparecem em quase todos os anos de publicação da *Oikos*, exceto em 2012, 2014 e 2019 (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Número de artigos com o tema da política social publicado por economistas domésticos desde 2002.



Fonte: dados analisados e organizados pelo autor.

Dos 38 artigos publicados sobre a política social, a assistência social é a política mais discutida. Aparece em 26 artigos que analisam programas de transferência de renda (20) e serviços de assistência institucional (seis) prestados a crianças, adolescentes e idosos. Os outros 12 artigos investigam aspectos das políticas de saúde (seis), educação (três) e habitação (três).

Dos 38 artigos analisados, quatro deles que tratam da educação e assistência social, confirmam a análise de Tambara e Tamabra (1983), que reconhecem a importância de uma produção de conhecimentos mais articulada com anseios da classe trabalhadora do que com interesses da classe dominante. Essa opção profissional contribui para desnudar a essência dos fenômenos que estão na origem da “questão social” no capitalismo.

No conjunto desses trabalhos, um deles discute a estruturação do atendimento à infância em Juiz de Fora, entre os anos de 1978 a 1988, permeada pelo protagonismo das diversas redes de atendimento e dos muitos agentes sociais: poder público; entidades assistenciais; movimentos sociais; organismos internacionais e instituições privadas. As autoras deste artigo demonstram o quanto esse campo de disputas permeado pela caridade e filantropia, protagonizadas na sociedade civil, tem distanciado creche e pré-escola e precarizado o atendimento nessas instituições.

Outro artigo politiza a fome enquanto expressão da “questão social” decorrente da desigualdade estrutural condicionada às relações capitalistas. Com esse direcionamento a autora enfatiza a necessidade de o Estado assumir o seu lugar e encontrar caminhos para a realização da segurança social enquanto um direito universal de humanização das pessoas. Também, reforça a necessidade de os profissionais do Sistema Único de Assistência Social

olharem de perto e para dentro dos territórios, em busca de identificar a complexidade das diferentes formas da fome, condicionada à totalidade contraditória e complexa das relações capitalistas que se mantém pela exploração e submissão do trabalhador. Ao considerar a dinâmica do trabalho no capitalismo, que tem fragilizado todos os âmbitos da vida, esse artigo considera arriscado condicionar a superação da fome à qualificação para a inserção no mercado de trabalho.

Os dois outros artigos que problematizam a “questão social” no capitalismo analisam a política de transferência de renda por uma discussão que incorpora a totalidade do materialismo histórico dialético. Reconhecem que as políticas sociais contribuem para manter as desigualdades, na medida em que estabilizam as relações capitalistas. Mas, que as políticas sociais devem ser tratadas como direito garantido pelo Estado, exatamente porque as expressões da “questão social” (como a fome, a pobreza, o desemprego e a miséria) são decorrentes da expropriação dos trabalhadores nas relações capitalistas. Esses dois artigos levam em conta, inclusive, a política social vinculada ao desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil que favorece o processo de superexploração da classe trabalhadora e o desmonte dos direitos de cidadania das camadas populares. A partir da contextualização do processo de conquista dos direitos humanos, esses autores enfatizam aspectos da exploração do trabalho produtivo; das crises do capitalismo; da precarização do trabalho improdutivo; das desigualdades de classe e do capitalismo dependente.

Outros cinco artigos discutem a política social como direito que deve ser garantido pelo Estado, sem explorar o debate que relaciona política social e relações capitalistas. Dentre os artigos com essa proposta, dois informam sobre a irregularidade dessa transferência que tem variado conforme interesses e dinâmicas da gestão municipal. Um deles discute a política de assistência social compreendida em todos os municípios como direito e não favor do Estado, em grande medida, por causa do financiamento compartilhado (entre município, estado e união) dessa política; da participação ativa dos usuários da política de assistência social em Conselhos Municipais e das decisões transparentes em torno dessa política. O outro artigo, inclusive, enfatiza a importância do protagonismo político da classe trabalhadora em conselhos de assistência social. Tendo em vista que as deliberações, nesses espaços de decisão, são orientadas pelas preferências de determinados grupos e se concentram nas mãos dos gestores, que nas pautas das reuniões priorizam demandas do poder público, sem apresentar propostas dos conselheiros ou dos sujeitos externos.

Juntamente com os trabalhos que condicionam a eficácia e eficiência da política social ao compromisso do Estado com os direitos humanos, estão em maioria (29 artigos), os que focalizam mudanças comportamentais da sociedade civil para propiciar melhores condições da política social (assistência, saúde, educação e habitação).

Cinco desses artigos tratam da assistência institucional, reforçando o direito da criança e do adolescente, de escolher com quem quer ficar e a necessidade de fortalecer o diálogo entre o serviço de acolhimento, as famílias acolhedoras e as famílias das crianças e dos adolescentes atendidos. Apesar de apresentarem tensões e conflitos dos serviços de acolhimento, os autores não exploram o debate da política social na sociabilidade capitalista que afasta crianças e adolescentes de suas famílias; que não dá conta de ofertar serviços qualificados de acolhimento institucional e que transfere essa responsabilidade para as famílias, com sobrecarga para mulheres, que são as tradicionais cuidadoras.

No conjunto dos seis trabalhos que discutem a saúde, dois artigos exploram a privatização dessa política, desconsiderando impactos da mercadorização dos direitos humanos na penalização das condições de vida da massa popular. Essa penalização acontece, segundo Bresser Pereira (2001), porque a privatização das políticas sociais é parte da proposta de reforma do Estado que alimenta maciçamente a esfera do capital financeiro com recursos do fundo público destinado à seguridade social e mantém minimamente o capitalismo periférico, às custas da exploração do trabalho.

Quatro trabalhos analisam a saúde pública, focalizando o ajustamento de funcionários e usuários dessa política social. Dois desses artigos priorizam o fortalecimento de vínculos entre equipe de serviços de saúde e população atendida, para compensar a precarização da saúde pública. Os outros dois artigos realçam a necessidade de os agentes comunitários de um Programa de Saúde da Família (PSF) conhecerem condições do ambiente dos usuários atendidos por esse programa, para melhorar a efetividade dessa política social. Esses trabalhos realçam a pouca escolaridade dos beneficiários desse programa; as práticas de higiene inadequadas em suas moradias, que podem aumentar a incidência de doenças e a importância da qualificação de profissionais do PSF, mais comprometida com a vigilância ambiental.

A análise da política de habitação (três artigos) relaciona a precarização das moradias populares aos processos de urbanização e industrialização tardia, de acumulação concentrada e excludente que agrava a desigualdade distributiva de renda e ao problema do emprego, mas focaliza mudanças mais imediatas para compensar limites da política habitacional. Um desses

trabalhos considera o distanciamento entre essa política e as necessidades de seus usuários, para enfatizar resistências dessas famílias associadas às reformas das moradias, realizadas para atender suas demandas cotidianas. Nessa direção, as autoras reforçam a necessidade de as políticas habitacionais repensarem os padrões de construção dos conjuntos habitacionais e incentivar neles, práticas de solidariedade mais inclusivas. Outro trabalho faz considerações sobre a exclusão reforçada pelas políticas habitacionais, para evidenciar, mediante exploração de aspectos subjetivos, a inclusão associada ao acesso à casa própria.

Esse direcionamento analítico, que prioriza o debate da subjetividade e dos valores para analisar a política social pode, segundo Behring e Boschetti (2011, p. 3), enfraquecer a luta pelos direitos humanos, tendo em vista que “a sociabilidade burguesa se objetiva de forma fetichista nas formas econômicas e relações sociais”. Com essa interpretação, as autoras consideram problemático “sucumbirmos à ilusão social assim produzida” e não desnudar “a essência por detrás dessa ilusão” (p. 35).

Os outros 15 trabalhos focalizam a política de assistência em âmbito local, enfatizando a inclusão social por vias da oferta de cursos de qualificação para aumentar oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. Essas publicações realçam o quanto a política de transferência de renda tem sido limitante na medida em que deixa de oferecer cursos de qualificação que, segundo os autores, são fundamentais para melhorar as condições de extrema pobreza dos beneficiários e de suas famílias. Em um dos artigos, a renda transferida aos usuários dessa política aparece como condição de melhorar aspectos da alimentação; aumentar as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho e superar as condições de miséria das famílias atendidas.

Esse debate centraliza a qualificação para a geração de renda sem problematizar a precarização histórica do mercado de trabalho, principalmente, em países de capitalismo dependente. Além disso, não trazem à tona a contínua precarização do trabalho no Brasil, que tende a se tornar mais flexível para manter a acumulação capitalista, principalmente, com a expansão do neoliberalismo. Mesmo quando reconhecem a transferência de renda como consequência das desigualdades históricas no Brasil e da distribuição desigual de renda, mais acirrada na década de 1990, com a expansão do neoliberalismo.

Além disso, esses artigos desconsideram que o trabalho que gera renda, pode manter a sobrevivência das famílias, mas também, o fundamento das desigualdades sociais, da pobreza e das demais expressões da “questão social”. Com esses direcionamentos, os artigos se aproximam do funcionalismo, na medida em que naturalizam a estrutura que mantém a

acumulação capitalista de alguns poucos indivíduos às custas da expropriação da grande massa de trabalhadores.

Outros dois artigos que focalizam a qualificação para a melhoria da qualidade de vida, inclusive, fragilizam a afirmativa de superar a pobreza pelo trabalho, a partir da proposta teórica contraditória que apresentam. De um lado, apropriam do debate de José de Souza Martins (2002) que trata da exclusão social e da nova desigualdade fruto da expansão do neoliberalismo, que acomete até mesmo os escolarizados com o desemprego e à ausência de renda. Enfatizando a incompatibilidade entre desenvolvimento social e desenvolvimento econômico, sustentado na precarização e exclusão cíclica do trabalhador. De outro lado, defendem com base na abordagem teórica de Amartya Sen (2000), a liberdade política e econômica favorável ao trabalho e ao desenvolvimento humano no capitalismo, sem problematizar para quem é essa liberdade e se todos estão nas mesmas condições de liberdade.

A discussão de Sen (2000) se afasta da abordagem teórica de Martins (2021, p. 204), na medida em que esse autor questiona a “libertação do trabalhador pelo trabalho penoso” que acomoda as classes capitalistas antagônicas e nega a própria base da exploração. Conforme Martins (2021, p. 199), a produção ideológica que reconhece a ascensão do trabalhador pela conquista do trabalho autônomo, foi mobilizada pelos fazendeiros de café, principalmente, antes da abolição da escravidão. Essa produção ideológica da elite fundiária serviu para transformar o trabalhador em cúmplice da ideologia da ascensão social pelo trabalho e, com isso, evitar a mobilidade ocupacional de seus colonos, mesmo de uma fazenda a outra. “O trabalho árduo, os sofrimentos e as privações dos primeiros tempos seriam compensados pelo acesso à pequena agricultura familiar mais tarde” (p. 201). De acordo com Martins (2021), a ideologia de ascensão pelo trabalho foi fortalecida com a crise da economia cafeeira (1929) e a proliferação da pequena propriedade, quando aumentou o número de imigrantes proprietários de terras. Para o referido autor, essa conversão de colonos em proprietários de terra contribui para “encobrir e obscurecer o conteúdo principal da relação entre patrão e empregado” (p. 203).

Essa ideologia que tende a condicionar a ascensão social ao trabalho árduo contribui para encobrir a verdadeira fonte da acumulação capitalista associada à expropriação do trabalhador. Nas palavras de Martins (2021, p. 203),

[...] a riqueza, no sentido de capital acumulado, torna-se legítima por que é produto do trabalho e por que o trabalho é concebido como uma virtude moral universal. A

capacidade de criar riqueza através do trabalho é concebida como uma virtude socializada, sem distinção de classes, que abre acesso ao capital e ao capitalismo a todo homem que trabalha. O trabalho é considerado como uma atividade que cria riqueza própria e, ao mesmo tempo, pode liberar o trabalhador da tutela do patrão.

Conforme Tambara e Tambara (1983, p. 36), essa atuação torna-se interessante para a classe dominante, na medida em que contribui para “reproduzir e ampliar as relações de produção vigentes e criar condições favoráveis à reprodução da força de trabalho”. Ao se essencializar o trabalho como condição de inclusão social, desconsidera o verdadeiro cerne da pobreza e da “questão social”. Essa atuação profissional dos economistas domésticos, de inegável importância para potencializar as possibilidades de sobrevivência de indivíduos e famílias, não considera o principal determinante dos problemas sociais.

Se tais serviços de um lado favorecem os trabalhadores, no sentido de suprir necessidades básicas de sobrevivência nessa sociedade, por outro lado, sua implementação, ao ser mediatizada e gerida pela classe capitalista, passa a se constituir em um dos instrumentos políticos de reforço do seu poder face ao conjunto de sociedade (IAMAMOTO E CARVALHO, 1982, p. 93 apud TAMBARA e TAMBARA, 1983, p.36).

Além disso, a produção de conhecimento que condiciona a inclusão social ao trabalho pode contribuir com o adoecimento psicológico do sujeito, tendo em vista que as permanentes crises do capitalismo tornam cada vez mais fragilizadas as condições do mercado de trabalho que historicamente não tem dado conta de absorver toda mão de obra disponível. Nessa condição, o trabalho mais qualificado, restrito ao âmbito dos discursos, contribui para penalizar ainda mais o trabalhador, continuamente inserido em condições precárias de trabalho.

No conjunto desses artigos que essencializam a qualificação profissional para melhorar a qualidade de vida do sujeito e reduzir o número de dependentes da política social, três dessas publicações incorporam o tema das redes de solidariedade. Defendendo a vinculação entre política social e redes sociais como saída para as condições extremas de miséria e mecanismo para potencializar o acesso ao mercado de trabalho.

Para Carraro (2016, p. 215), defender as redes de solidariedade como forma de compensar as expressões da “questão social”, sem desnudar a verdadeira origem das desigualdades sociais e pressionar o Estado, implica em culpabilizar o sujeito pela sua sobrevivência e enfraquecer estratégias que colaboram para a luta em favor dos direitos humanos (p. 215). Nas palavras de Marini (2005, p. 156) apud Carraro (2016, p. 194),

As políticas sociais ancoradas em propostas que promovam a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, que recorram ao suporte protetivo das famílias ou que

postulem o aumento do capital social de sua população não atingirão, por si, a força necessária para contrapor a característica essencial das massas latino-americanas, cuja realidade é a da superexploração da força de trabalho, especialmente na condição de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho.

Essa discussão que tem como ponto de partida a problematização de Tambara e Tambara (1983) identifica o predomínio da análise da política social realizada pela perspectiva funcionalista em artigos da *Oikos*, que tendem a focalizar mudanças mais imediatas para amenizar a pobreza e a miséria, mas que dificilmente serão concretizadas no capitalismo. Esses encaminhamentos tornam-se problemáticos, segundo Tambara e Tambara (1983) quando não desnaturalizam a origem das desigualdades sociais e não relacionam política social e relações capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, que investiga os direcionamentos da análise da política social em trabalhos publicados na revista *Oikos*, entre 1981 e 2021, por economistas domésticos toma como referência as considerações de Tambara e Tambara (1983), em busca de verificar as orientações teóricas que tem fundamentado a produção de conhecimento do economista doméstico, que aparece em 40 anos da revista *Oikos*. Para sustentar teoricamente essa análise, este trabalho contextualiza o funcionalismo; enfatiza a relação dessa perspectiva com a extensão rural na Universidade Federal de Viçosa e no curso de Economia Doméstica e aponta para os limites da análise da política social fundamentada na abordagem funcionalista.

O levantamento dos artigos que analisam a política social em 40 anos de publicação da *Oikos* informa sobre uma discussão mais crítica que incorpora a totalidade do materialismo histórico dialético, como também, um debate mais próximo da perspectiva funcionalista, que predomina na referida revista. Os encaminhamentos dessa investigação possibilitaram identificar limites do funcionalismo para a análise da política social, na medida em que essa abordagem teórica tende a focalizar mudanças comportamentais, sem problematizar criticamente as desigualdades sociais e a política social no capitalismo, o que contribui para enfraquecer a luta por direitos e pela emancipação política das famílias.

Essa discussão realça a necessidade de considerar na análise da política social, o movimento contraditório de produção e reprodução do capital que reforça a leitura teórico-metodológica crítica do trabalho nas relações sociais capitalista. Essa compreensão, comprometida com a emancipação política, deixa explícito que o trabalho alienado é o eixo

central de construção dessa ordem. Que as expressões da “questão social” são constitutivas dessa sociabilidade que tem no antagonismo de classes a sua base de constituição. Que as expressões da “questão social” aumentam com o aumento das forças produtivas e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e que o Estado capitalista tem um papel muito decisivo na manutenção da ordem burguesa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo Antunes. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo Antunes. (2018), **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007

BASTOS, Andresa Lima; BARRETO, Maria de Lourdes Mattos; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; PINTO, Neide Maria de Almeida. A política de atendimento nas instituições de educação infantil públicas do município de Viçosa, MG: entre a realidade e as proposições legais e teóricas. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 18, n. 3, 2007, p. 29-50. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no Brasil. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2009, p. 323-340. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>>. Acesso em 11 de abr. de 2021.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Orçamento Federal executado em 2020**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2020mdb_RPG.EXE>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CARNEIRO, Maria da Penha Aparecida Klug Basílio; PINTO, Neide Maria de Almeida; DIAS, Marcelo Miná; FIÚZA, Ana Louise. Reflexões sobre o combate à pobreza e desenvolvimento social no contexto do Programa Bolsa-Família. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 18, n. 3, 2007, p. 88-105. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CARNEIRO, Maria da Penha Aparecida Klug Basílio; PINTO, Neide Maria de Almeida; FIÚZA, Ana Louise; DIAS, Marcelo Miná. Programa Bolsa-Família: mudanças e permanências segundo

as mulheres beneficiárias em Viçosa, MG. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 19, n. 2, 2008, p. 207-231. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CARNEIRO, Maria da Penha Aparecida Klug Basílio; PINTO, Neide Maria de Almeida; FIÚZA, Ana Louise; DIAS, Marcelo Miná. As redes sociais no contexto do Programa Bolsa-Família em Viçosa, MG. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 20, n. 2, 2009, p. 168-190. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CARRARO, Dilceane. **As categorias de assistência social na América Latina**: concepções ideo-teóricas e proteção social. 2016. 237f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12 ed., São Paulo: Cortez, 2011, 176p.

CASTRO, Maria Gontijo. **Ensino, pesquisa e extensão**: origem, trajetória e reconfiguração institucional na Universidade Federal de Viçosa. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

CUNHA, Wellington Alvim; FILHO, Reginaldo Antônio Bastos; SILVA, Edson Arlindo. Investimento municipal na política pública de assistência social: análise nos municípios da região de Muriaé, MG. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 27, n. 2, 2016. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

DIAS, Marcelo Miná. As mudanças de direcionamento da (PNATER) Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural em face do difusionismo. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 18, n. 2, 2007, p. 11-21. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FABRÍCIO, Tamires Carolina Marques; SARAIVA, Joseana Maria; FEITOSA, Emanuel Saraiva Carvalho. Contexto sócio Histórico em que surgem e evoluem as políticas de proteção à pessoa idosa no Brasil: da caridade ao direito à ILPI. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 29, n. 2, 2018, p. 259-277. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa. O direito humano à alimentação adequada e saudável e a política de assistência social. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 3, n. 2, 2020. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GRAMSCI, Antônio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

GUIMARÃES, Eliane Aparecida; PINTO, Neide Maria de Almeida. O significado da casa própria para os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida em Viçosa, MG. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 25, n. 1, 2014, p. 137-158. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

IAMAMOTO, M.V. e CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, Maria de Fátima. **O sorriso da paineira: construção de gênero em universidade rural**. 1995. 317 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9 ed., São Paulo: Contexto, 2021, 282p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Evelyne. O marxismo e a questão regional: elementos para análise. In: **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro: UERJ, vol. 9, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36549>>. Acesso em: 21 set. 2020.

MONTEIRO, Andresa Lima; FERREIRA, Marcos Aurélio Marques; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. Impactos socioeconômicos da Política Pública de Garantia de Renda Mínima: estudo de caso do PGRM - Viçosa, MG. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 18, n. 3, 2007, p. 105-125. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MORAIS, Jordana Souza; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; SILVA, Edson Arlindo. A representação no Conselho Municipal de Assistência Social de Viçosa-MG: Da autorização à relação representante e representado. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 29, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8 ed., São Paulo: Cortez, 2012.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. 1984.

OLIVEIRA, E.A. Estado e direito no capitalismo: um debate entre liberalismo e marxismo. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 2, 2020, p. 213-222. disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n2p213/43184>>. Acesso em: 23 out. 2020.

PEIXOTO, Marcus. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. Brasília, out. de 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em: 21 set. 2020.

PEIXOTO, Karla Patrícia; PINTO, Neide Maria de Almeida; FIÚZA, Ana Louise; GOMES, Elaine Cavalcante. O uso do espaço no conjunto habitacional multifamiliar “Granja de Freitas II” em

Belo Horizonte, MG. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 15, n. 2, 2004, p. 141-164. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PEREIRA, Joselaine Cordeiro; BARRETO, Maria de Lourdes Mattos; OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de; SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. Educação infantil no município de Juiz de Fora: mudanças entre assistência e educação. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 19, n. 2, 2008, p. 255-279. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

PINHEIRO, Camila Fernandes. **Estado, extensão rural e Economia Doméstica no Brasil (1948-1974)**. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SANTOS, Suellen Nascimento dos; SILVA, Neuza Maria da; REIS, Lilian Perdigão Caixeta; SILVA, Maristela Siolari da. Interface entre o projeto de implementação do PNHR nos municípios de Guiricema e São Miguel do Antal-MG e a realidade das famílias contempladas. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 26, n. 1, 2015, p. 46-68. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SANTOS, Juliano Alexandrino; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; COTTA, Rosângela Minardi Mitre; RIBEIRO, Rita de Cássia Lanes. Análise situacional da atenção básica em Viçosa-MG: um olhar sobre o Programa de Saúde da Família em Viçosa. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 19, n. 2, 2008, p. 103-123. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SARTORI, Vitor Bartoletti. **Ontologia nos extremos**: o embate de Heidegger e Lukács, uma introdução. São Paulo: Intermeios, 2019, 307p.

SOUZA, Cristiane Natalício. Assistência social em tempos da Covid-19. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 32, n. 1, 2021. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SOUZA, Cristiane Natalício; DUARTE, André Luís. Direitos humanos e democracia participativa sob a lógica capitalista: um debate para repensar o trabalho na política de assistência social. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 3, n. 2, 2020. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SILVA, Verônica Amorim; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; COTTA, Rosângela Minardi Mitre; BIFANO, Amélia Carla Sobrino. Percepção das famílias sobre o desempenho do Programa de Saúde da Família desde a perspectiva da vigilância ambiental. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 20, n. 1, 2009, p. 202-222. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

TAMBARA, Zilma da Costa; TAMBARA, Elomar. Antropologia Social e Economia Doméstica: elementos ideológicos. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa: UFV, vol. 3, n. 1, 1983. Disponível em:<<https://periodicos.ufv.br/oikos/issue/archive>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

VASCONCELOS, Kathleen Elaine Leal; SILVA, Mauricelia Cordeira da; SCHMALLER, Valdilene Pereira Viana. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 1, 2013, p. 82-90. disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/GMXXSyvYSWPVQ4xkgwTDL/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 out. 2020.